

Artigo

O que é a Geografia Ambiental?

Marcelo Lopes de Souza

Resumo

A Geografia Ambiental possui raízes muito antigas: a tradição de pesquisa e estudo dos vínculos entre sociedade e natureza constitui, na verdade, uma das mais populares e distintivas da Geografia. No entanto, o desprestígio de que passou a padecer essa tradição no interior da disciplina, especialmente entre as décadas de 1970 e 1990, faz com que a Geografia Ambiental contemporânea, que vem emergindo nos últimos quinze ou vinte anos como uma tentativa de revitalizar aquela tradição em novas bases, possa ser vista como um fenômeno, de certo modo, relativamente recente. Seus desafios são múltiplos, entre os quais destacam-se os seguintes: 1) promover uma compreensão ampla do que seja o “ambiente”, não o limitando à “natureza primeira” e nem reduzindo a sociedade a um abstrato “fator antrópico”; 2) reatualizar o projeto epistemológico geográfico de um “diálogo de saberes” sem resvalar para o empirismo que caracterizou o discurso geográfico clássico, e entendendo a Geografia Ambiental antes como um enfoque que como um “novo ramo” da Geografia; 3) fomentar uma maior aproximação da Geografia com o campo interdisciplinar da Ecologia Política; 4) valorizar, para além da interlocução com outras disciplinas (e com a Filosofia), também o diálogo entre saber científico e saberes vernaculares ou populares.

Palavras-chave: Geografia Ambiental; epistemologia da Geografia; história da Geografia; Ecologia Política.

What is environmental geography?

Abstract

Environmental geography has its roots in a tradition – research about the links between society and nature – that is, in fact, one of the most popular and distinctive ones in the realm of geography. However, the loss of prestige of this tradition within the discipline, especially between the 1970s and 1990s, makes contemporary environmental geography, which has emerged in the last fifteen or twenty years as an attempt to revitalise that tradition on a new basis, a relatively recent phenomenon. Its challenges are manifold, among which the following ones can be highlighted: 1) to promote a broad understanding of the concept of the ‘environment,’ not limiting it to ‘first nature’ or reducing society to an abstract ‘anthropic factor’; 2) to update the geographical epistemological project of a ‘dialogue among different types of knowledge’ without resorting to the empiricism that characterised the classical geographic

discourse, and understanding environmental geography as an *approach* rather than as a ‘new branch’ of geography; 3) to bring geography closer to the interdisciplinary field of political ecology; 4) to value, in addition to the dialogue with other disciplines (and with philosophy), also the dialogue between scientific knowledge and vernacular or popular knowledge.

Keywords: environmental geography; epistemology of geography; history of geography; political ecology.

¿Qué es la Geografía Ambiental?

Resumen

La geografía ambiental tiene raíces muy antiguas: la tradición de investigación y estudio de los vínculos entre sociedad y naturaleza constituye, en realidad, una de las más populares y distintivas de la geografía. Sin embargo, el desprestigio de que pasó a padecer esa tradición en el interior de la disciplina, especialmente entre las décadas de los 70 y 90, hace que la geografía ambiental contemporánea, que viene emergiendo en los últimos quince o veinte años como un intento de revitalizar aquella tradición en nuevas bases, pueda ser vista como un fenómeno, en cierto modo, relativamente reciente. Sus desafíos son múltiples, entre los que se destacan los siguientes: 1) promover una comprensión amplia de lo que es el “ambiente”, no limitándolo a la “naturaleza primera” y ni reduciendo la sociedad a un abstracto “factor antrópico”; 2) reactualizar el proyecto epistemológico geográfico de un “diálogo de saberes” sin caer en el empirismo que caracterizó el discurso geográfico clásico, y entendiendo la geografía ambiental antes como un enfoque que como una “nueva rama” de la Geografía; 3) fomentar una mayor aproximación de la geografía con el campo interdisciplinario de la ecología política; 4) valorar, además de la interlocución con otras disciplinas (y con la filosofía), también el diálogo entre saber científico y saberes vernaculares o populares.

Palabras clave: geografía ambiental; epistemología de la geografía; historia de la geografía; ecología política.

Prólogo

Apesar de conter umas poucas notas de rodapé e uma bibliografia de suporte, o trabalho que o leitor tem diante de si não é um artigo científico de formato usual. Misto de ensaio e manifesto, o presente texto foi originalmente concebido no início de 2017 para apresentar e justificar uma iniciativa: a da criação de uma rede de pesquisadores em torno da temática coberta pela ideia de uma *Geografia Ambiental* ou, pelas razões que

serão explicadas na próxima seção, “Geografia (Socio)Ambiental”. Como era então apropriado, dadas as circunstâncias, evitamos ao máximo, naquele momento, as notas de rodapé e, sobretudo, tentamos não sobrecarregar o texto com muitas referências bibliográficas. As seções, quase todas curtas, nem sequer eram numeradas.

Durante pouco mais de dois anos, a primeira versão do presente trabalho esteve disponível na página da Rede de Pesquisadores em Geografia (Socio)Ambiental (<https://geografia-socio-ambiental.webnode.com/>) sob o título “Rede de Pesquisadores em Geografia (Socio)Ambiental: Propósitos e princípios”, servindo como um manifesto de fundação. Por sua natureza sintética, avaliamos que aquilo que atuou eficazmente como uma carta de princípios para uma rede de pesquisadores bem poderia ser útil, igualmente, já no primeiro número da revista criada por essa mesma rede, a título de orientação geral ou, com o perdão da metáfora futebolística, “pontapé inicial”. Tirando uns tantos aprimoramentos e acréscimos (notadamente a seção sobre as relações entre Geografia Ambiental e Ecologia Política, além de referências bibliográficas adicionais), algumas adaptações e uma ou outra retificação, o que segue é, de resto, quase o mesmo texto preparado dois anos atrás: um pouco mais rigoroso e completo, mas cuja essência permanece inalterada, no estilo e no conteúdo.

1. Uma redundância (às vezes) necessária

Não é incomum lermos ou ouvirmos menções a “conflitos socioambientais”, “problemas socioambientais”, e assim sucessivamente. Por outro lado, os nomes internacionalmente consagrados dos (sub)campos disciplinares mais diretamente envolvidos são *História Ambiental*, *Sociologia Ambiental* e, também, *Geografia Ambiental* (em inglês, respectivamente, *environmental history*, *environmental sociology* e *environmental geography*). Pois bem: precisaríamos realmente, então, do prefixo “socio”? Em caso afirmativo, por qual razão?

Foi já explicado que, em sua “primeira encarnação”, o presente texto serviu como manifesto de fundação de uma rede de pesquisadores cujo nome é *Rede de Pesquisadores em Geografia (Socio)Ambiental*. Antes de prosseguirmos, portanto, cabe uma justificativa sobre o próprio nome da rede, com sua grafia que, à primeira vista, pode causar estranheza e intrigar. Ao fazermos isso, estaremos, ao mesmo tempo, levantando uma questão terminológico-conceitual, teórica e política das mais relevantes.

No Brasil, assim como nos países e regiões de fala portuguesa ou espanhola (e o mesmo se aplica a dois outros idiomas ibéricos, o catalão e o galego), *ambiente* quase sempre é tomado como sinônimo de “meio ambiente”. Assim é na linguagem do dia a dia, profundamente influenciada pela (e influenciadora da) grande imprensa; mas assim também é, até mesmo, no discurso científico. Interessantemente, empregam-se dois termos – “meio” e “ambiente” –, cujos conteúdos, aliás, em larguíssima medida se superpõem, para exprimir apenas metade de uma ideia: o ambiente enquanto “natureza primeira” ou natureza não humana, isto é, os processos não antropogênicos. Como se o “meio ambiente”, ao ser politicamente (re)apropriado, materialmente (re)transformado e culturalmente (re[s])significado de maneira constante pela sociedade, não tivesse sido, de algum modo desde sempre, mas com intensidade cada vez maior nos últimos séculos e em especial nas últimas décadas, contextualizado pelo ambiente enquanto “natureza segunda”, ambiente hominizado, ambiente produzido pela e para a sociedade...

Em outras línguas, como o inglês (*environment*), o alemão (*Umwelt*) e o francês (*environnement*), o termo-chave que ora nos interessa se apresenta como uma única palavra, a qual encerra, em si mesma, uma imensa gama de acepções reais e possíveis. Ainda que *environment*, *Umwelt* e *environnement* costumem, sobretudo no senso comum e na linguagem diária, remeter, em um primeiro momento, principalmente à noção (ela própria tão complexa e multifacetada!) de “natureza”, não há uma associação tão restritiva à dimensão “natural” ou pré-social quanto em “meio ambiente” (ou “*medio ambiente*” etc.). Daí geógrafos anglófonos proporem e discutirem, sem maiores preocupações com um certo tipo de mal-entendido – a saber, o de reduzir o “ambiente” ao “meio ambiente”

–, uma *environmental geography*. Infelizmente, em português não podemos nos dar a esse luxo. Ou, pelo menos, não com a mesma tranquilidade.

Impõe-se, assim, a conveniência de uma redundância: se, por um lado, o qualificativo “socioambiental” soa um tanto pleonástico, o adjetivo “ambiental”, assim sozinho, sem o prefixo “socio” a lhe dar cobertura, provavelmente carregaria o perigo de dar margem a uma leitura mutiladora. Por isso é que tantos ativistas e pesquisadores adotam a forma “socioambiental”, deixando claro, com isso, que não estão se referindo ou querendo fazer alusão apenas ao “meio ambiente”, à “natureza primeira”, mas também às relações sociais e às questões que envolvem os grupos humanos e seus problemas.

No momento de apresentar e justificar a proposta de uma rede de pesquisadores em torno da Geografia Ambiental, optamos, assim, em 2017, por causar uma certa tensão – a qual, esperamos, seja sempre produtiva: ao mesmo tempo em que a palavra “ambiental” aparece destacada e posta em primeiro plano, procurou-se uma imunização implícita contra as interpretações reducionistas e os mal-entendidos por meio da inclusão do prefixo “socio” entre parênteses. Com isso, embora se sinalize para uma compreensão abrangente do termo “ambiente”, entende-se que, sendo um produto histórico-cultural como qualquer outro componente de nosso quadro discursivo, o referencial *Geografia (Socio)Ambiental*, com seu quinhão de redundância, se legitima à luz das circunstâncias concretas em que vivemos e operamos. Não queremos abdicar do rigor, mas tampouco nos interessa aumentar o risco de incompreensões desde o início. Na ciência como na vida, a eficiência na comunicação, se não é tudo, é, pelo menos, metade do caminho. Oxalá seja possível, um dia, abrir mão completamente do prefixo “socio” sem que se pense, por conta disso, que se está a tomar “ambiente” por “meio ambiente”. Mas esse dia ainda parece distante.

Apesar disso, será que deveríamos tentar “naturalizar” a forma “(socio)ambiental”, colaborando para torná-la onipresente e indiscutível? O fato de não raro ser conveniente enxertar o prefixo “socio” não significa que isso seja sempre imprescindível ou recomendável. Afinal de contas, precisamos ter presente que, a cada vez que

acrescentamos o prefixo, é como se passássemos adiante, inadvertida e sutilmente, como uma mensagem subliminar, a ideia de que aceitamos, no fundo, que o conceito de ambiente não inclui a sociedade, daí sendo necessário qualificá-lo com a ajuda daquela palavrinha. Ora, o “socio”, para todos aqueles que pensamos o conceito de “ambiente” e, por extensão, o adjetivo “ambiental” de um modo holístico e socialmente crítico, não passa de um “par de muletas”, e seria arriscado fazer da necessidade uma virtude. Por isso é que, no título deste trabalho, assim como no restante do artigo, escolheu-se a grafia *Geografia Ambiental*, dispensando-se o embaraçoso prefixo. Reservemos o seu auxílio para quando ele for ou parecer indispensável – o que, felizmente, não é sempre o caso, mesmo em português. Pelo menos no que concerne ao nome do nosso subcampo, sigamos a praxe que se vai consolidando em muitos países¹ e, igualmente, o exemplo de subcampos irmãos como a História Ambiental e a Sociologia Ambiental, cujos praticantes, desassombradamente, dispensam o “par de muletas”.

2. Um enfoque, não um ramo

A Geografia Ambiental não deveria ser encarada como um *ramo* da Geografia. Podemos, se quisermos, chamá-la de um subcampo, em um sentido muito flexível de “campo”, apenas para lhe conferir ou reconhecer uma especificidade; mas seria inadequado e contraproducente tratá-la, a rigor, como uma *subdisciplina*, com um território próprio e bem demarcado. Ela é, antes, um *enfoque*: uma maneira de olhar o mundo e a

¹ Vimos que, em inglês, a expressão mais corriqueira é *environmental geography*, conquanto *integrated geography* também seja utilizada às vezes. Em francês, o termo *Géographie Environnementale* vem se tornando de uso corrente. Quanto ao alemão, o termo diretamente equivalente a *environmental geography* é *Umweltgeographie*, o qual, curiosamente, ainda vem sendo pouco empregado, e quando o é, costuma designar um conteúdo que enfatiza desproporcionalmente os aportes da Geografia Física e das ciências da natureza em geral, com o *homo sapiens* sendo reduzido a um “fator ambiental” entre vários outros. Na Alemanha, aquilo que podemos ver como o legítimo herdeiro da longa tradição de pesquisas sobre as relações entre os seres humanos e o ambiente se acha coberto, o mais das vezes, pelos não muito elegantes rótulos *Integrierte Geographie* (Geografia Integrada) ou, mais frequentemente, *Integrative Geographie* (Geografia Integradora).

atividade profissional ou, mais particularmente, uma *maneira de construir os objetos de conhecimento e formular os problemas científicos*, tendo como pano de fundo determinados valores éticos e convicções político-filosóficas.

Cada vez mais, a partir dos anos 1960 e 1970 (ou 1980, dependendo do país), os currículos de Geografia foram refletindo certas tendências de especialização que já viam de longa data, mas que, no âmbito do período dito clássico da disciplina, não haviam chegado ao ponto de ameaçar explodir a velha ambição de promover uma síntese entre o saber sobre a natureza e o saber sobre a sociedade. O empirismo com que essa ambição foi perseguida começou, a partir da década de 1960 e sobretudo da década seguinte, a ser questionado e desafiado; um dos subprodutos ou danos colaterais dessa mudança foi, infelizmente, o enterro gradual da aposta em um diálogo de saberes no estilo supramencionado (SOUZA, 2018). Os currículos foram mais e mais espelhando uma tendência crescente à especialização e mesmo ao ensimesmamento ou à insularização de ramos específicos: dentro da “Geografia Física”, geógrafos interessados em Geomorfologia, Climatologia, Pedologia, Biogeografia e Hidrologia cada vez menos intercambiavam entre si, e muitas vezes o diálogo com colegas de outras áreas (Geologia no caso da Geomorfologia, Meteorologia no caso da Climatologia, e assim sucessivamente) se tornou mais importante que as articulações internas à chamada “Geografia Física”; e o mesmo passou a valer para aqueles geógrafos versados em Geografia Urbana, Agrária, Econômica, Política, Cultural, Histórica etc., os quais, crescentemente, passaram a conversar menos entre si e mais com colegas sociólogos, economistas, antropólogos, cientistas políticos ou historiadores, a depender do ramo da Geografia em questão. A fragmentação, com isso, vem prosperando para muito além da velha dicotomia “físico”/“humano”. É toda uma visão de totalidade a respeito da compreensão e do estudo da Terra como morada humana que passou a ficar visivelmente comprometida.

Concomitantemente à fragmentação acima retratada, os currículos também vêm mostrando outra coisa: a pequena (e às vezes diminuta) preocupação com o aprofundamento em assuntos como estratégias de transformação da realidade, seja sob a forma

de políticas públicas, planejamento e gestão territoriais conduzidos pelo Estado, seja sob a forma de contraplanejamentos e contrapropostas desenvolvidos e implementados por organizações de movimentos sociais e outras forças da “sociedade civil”. Até mesmo a análise de processos complexos envolvendo a necessidade de articulação de saberes oriundos da pesquisa natural e social (desastres e impactos ambientais, injustiça ambiental, conflitos etc.) foi e tem sido bastante negligenciada. Isso quer dizer que aquele tipo de problema ou questão capaz de suscitar o interesse em articular os conhecimentos hiperespecializados aprendidos nos cursos de graduação e pós-graduação nos marcos de cadeiras como “Geomorfologia Estrutural”, “Organização Interna da Cidade” e outras tantas não se tornava prioridade. Abria-se e abre-se mão da visão de conjunto.

A Geografia Ambiental constitui não uma tentativa de substituir os conteúdos particulares e especializados associados à “Geografia Física” e à “Geografia Humana”, mas sim um intento, bem mais modesto e realista, de promover a valorização de problemas e questões em que o diálogo de saberes vinculados ao conhecimento da Terra como morada humana dá o tom. Ela representa e expressa uma crença de que, para se evitar o empirismo ingênuo e se alcançar profundidade analítica e densidade teórica, não é necessário, de modo algum, abdicar de uma certa “transversalidade” de perspectiva. A “verticalização” contínua da busca por conhecimento, mais ou menos indiferente ou mesmo hostil à capacidade de pôr em contexto e granjear visão de conjunto, não só não é a única forma válida de edificação do saber científico, mas, ainda por cima, é uma estratégia limitada e limitante. Pouco sábia, poderíamos completar.

Ao ser apresentada enquanto um *enfoque*, uma *perspectiva*, uma *maneira de olhar*, fortalecemos a ideia de que a Geografia Ambiental é uma maneira de construir o objeto de conhecimento que privilegia os hibridismos, o diálogo de saberes, ao mesmo tempo em que abdicamos da pretensão de delimitar um novo “território subdisciplinar”. As origens e trajetórias dos pesquisadores que ajudam a construir essa abordagem podem se

situar nos estudos urbanos ou rurais, geomorfológicos ou climatológicos, geoeconômicos ou político-geográficos, para só mencionar alguns; o que importa, em matéria de Geografia Ambiental, é muito mais *para onde se quer ir* do que *de onde se vem*.

3. Geografia Ambiental e Ecologia Política

Uma das tradições de pesquisa e reflexão mais antigas da Geografia, talvez aquela que melhor lhe define a identidade e também a sua imagem pública, é a que entende a Geografia como o estudo dos vínculos entre sociedade e natureza – ou, no vocabulário da Geografia clássica (que se estendeu entre fins do século XIX e os anos 1960), o estudos das relações entre o “homem” e o seu “meio”. William Pattison, em um artigo publicado em 1964 e que foi muito citado durante décadas, discerniu quatro tradições principais na Geografia da época, sendo a “*Man-Land Tradition*” evidentemente uma delas, e a mais popular no âmbito da Geografia escolar estadunidense (PATTISON, 1990).

22

Apesar disso, se olharmos com atenção a produção intelectual dos geógrafos da segunda metade do século XX, constataremos que, nas três ou quatro últimas décadas do século passado, essa tradição perdeu muito de seu prestígio. Inicialmente eclipsada pela Geografia neopositivista (dita “quantitativa”) ainda nos anos 1960, ela foi, nas duas ou três décadas seguintes, praticamente soterrada pela “virada crítica” ou “radical”. Com efeito, o pensamento marxista que animou essa “virada crítica”, muito influenciado pelo assim chamado “Marxismo Ocidental” (*Western Marxism*), possuía várias virtudes – ao menos em comparação com o marxismo ortodoxo propagado pela União Soviética e seus satélites, assim como pelos partidos comunistas pelo mundo afora –, mas ele tendia a endossar uma falácia. Comprometido com uma interpretação do mundo segundo a qual a “natureza”, enquanto tal, seria uma espécie de ilusão, uma vez que a realidade que interessa aos seres humanos e que lhes é acessível através dos sentidos sempre é mediada pelos valores de cada época histórica e de cada cultura, o Marxismo Ocidental que

tanto influenciou os geógrafos a partir da década de 1970 abriga uma premissa correta e fecunda: aquela segundo a qual a própria ideia de natureza é socialmente construída, sendo todas as nossas percepções a propósito do “mundo natural” histórica e culturalmente mediadas. Com base nisso, entretanto, não foram poucos os que extrapolaram as fronteiras do razoável, passando da crítica ao positivismo e ao naturalismo a um desprezo olímpico pelas ciências da natureza e, na prática, ao conhecimento por elas gerado. Muitos não se contentaram, assim, em continuar caminhando: realizaram um verdadeiro salto mortal do ponto de vista intelectual, ao inferir que, se a natureza é uma realidade histórica e socialmente construída, as ciências naturais e seus métodos, tachados de positivistas, seriam desinteressantes. Para aqueles geógrafos que buscavam, sofregamente, o status de ciência social para a Geografia, a “natureza” que importaria seria, exclusivamente, aquela a serviço da sociedade ou já por ela incorporada e transformada, e o espaço geográfico que interessaria seria aquele produzido socialmente e estudado por meio dos métodos das ciências da sociedade. Como se isso não bastasse, não raro as contribuições dos “geógrafos físicos” foram rotuladas como “alienantes” e outros adjetivos pouco lisonjeiros, acrescentando doses imensas de ressentimento às querelas epistemológicas e teórico-metodológicas.

Conforme ficou já claro na seção precedente, a Geografia Ambiental é a expressão “geográfica” da manutenção da aposta na viabilidade e utilidade (ou mesmo urgente necessidade) de um diálogo de saberes entre ciências da sociedade e ciências da natureza. A clássica *Man-Land Tradition* sobre a qual discorreu Pattison, e que configurou por um século ou mais a face mais visível da Geografia perante o público leigo e os demais cientistas, consistiu, no fundo, em um empreendimento dos mais ousados: trazer para dentro de um campo disciplinar específico um debate de gigantesca complexidade filosófica, a saber, a articulação do conhecimento sobre a natureza com o conhecimento sobre a sociedade. Viciada em um empirismo que lhe estreitava os horizontes e não colaborava para equipá-la teórico-conceitualmente e metodologicamente de maneira apropriada, a *Man-Land Tradition* gradualmente sucumbiu, cada vez mais incapaz de estar à altura de suas

ambições. A Geografia Ambiental constitui, por um lado, uma atualização do espírito que animou a Geografia clássica e, mais particularmente, a *Man-Land Tradition*; por outro, ela se vem mostrando cônica das fragilidades que atormentaram e enfraqueceram o discurso geográfico por gerações. Já não se trata mais de negligenciar o fazer teórico, o diálogo com a Filosofia e as ciências da sociedade e a constante autocrítica metodológica. Trata-se de, cultivando tudo isso, não parar de acreditar que a “transversalidade”, o diálogo de saberes é possível e imprescindível – e que a Geografia, apesar dos pesares, possui um potencial imenso e uma história riquíssima quanto a isso, que merecem ser valorizados como manancial de ideias e fonte de inspiração (ver, sobre todos esses pontos, SOUZA, 2016 e 2018).

Quanto à Ecologia Política, aí estamos diante não de uma abordagem que parte do interior de uma disciplina, em função de suas peculiaridades históricas e de identidade epistemológica, mas sim de um campo interdisciplinar. Como o nome sugere, a Ecologia Política é orientada para a contextualização crítico-social (análise de relações de poder, de fatores econômicos e de quadros culturais) dos processos dialéticos em que a humanidade afeta e interfere em processos geoecológicos, sendo, ao mesmo tempo, condicionada por eles, não raro em meio a desafios e conflitos ambientais de sérias consequências. Interessantemente, no exterior, especialmente nos países anglófonos, os principais protagonistas dos estudos de Ecologia Política têm sido, ao lado dos antropólogos, os geógrafos, ao passo que, no Brasil, o papel da Geografia tem sido comparativamente modesto. Existiram e existem geógrafos que deram enormes contribuições à construção de uma perspectiva político-ecológica a partir da Geografia, bastando citar, entre os pioneiros, Orlando Valverde (1917-2006), e, entre os que ainda estão entre nós, Carlos Walter Porto Gonçalves. Apesar disso, faz-se necessário e mesmo urgente oferecer aos estudantes de graduação um panorama conciso do que são os objetivos, a história, as abordagens, os temas principais e as perspectivas da Ecologia Política.

Ecologia Política e Geografia Ambiental consistem em campos extremamente próximos, a despeito de suas particularidades. Enquanto a *Ecologia Política* vem se afirmando, desde a década de 1970, como um campo interdisciplinar (e, idealmente, também uma práxis emancipatória) cuja ambição é, justamente, “desnaturalizar” e politizar criticamente a problemática ambiental, a *Geografia Ambiental*, de sua parte, busca a construção de um diálogo de saberes no interior da Geografia, construindo o objeto de conhecimento de modo a desafiar o fosso epistemológico, teórico e metodológico entre o estudo da natureza e o da sociedade. Ou seja: aquilo que a Geografia Ambiental tenta promover internamente à Geografia, a Ecologia Política vem, há quatro decênios, estimulando em um plano mais amplo.

Na verdade, Geografia Ambiental e Ecologia Política não são exatamente equivalentes, com a única diferença sendo a escala. Por mais que, no dia a dia concreto da pesquisa, os trabalhos (auto)identificados com a Geografia Ambiental muito dificilmente possam valorizar de maneira simétrica os conhecimentos oriundos da pesquisa natural (isto é, obtidos utilizando-se os métodos e as teorias associados às ciências da natureza) e os oriundos da pesquisa social (idem relativamente às ciências da sociedade), não se pretende estabelecer uma “hierarquia de saberes” apriorística e simplista, privilegiando um ou outro “lado”. A Geografia Ambiental se afigura, efetivamente, como um olhar que é, na realidade, resultado de um cruzamento de olhares, ainda que os geógrafos concretos que abraçam essa perspectiva possuam expertises distintas e não se movimentem com o mesmo desembaraço em todos os terrenos teórico-conceituais e metodológicos. A Ecologia Política, em contraste, nasceu sob o signo do conhecimento sobre a sociedade, sendo povoada e construída por ensaístas, ativistas e pesquisadores (antropólogos, geógrafos etc.) que, em última análise, tinham e têm por referência intelectual-discursiva básica as ciências da sociedade e as humanidades, e não as ciências da natureza. Essa distinção, contudo, não deveria ser exagerada: afinal de contas, a Ecologia Política, para ser efetivamente bem-informada, necessita valer-se e apropriar-se (criticamente) dos conhecimentos oferecidos por biólogos, meteorologistas, “geógrafos físicos” etc.,

como alguns geógrafos têm oportunamente lembrado (WALKER, 2005). Também ela, portanto, não deixa de encarnar o ideal de um diálogo de saberes entre o conhecimento sobre a sociedade e o conhecimento sobre a natureza.

Um último ponto merece ser sublinhado. Assim como a Geografia, e mais especificamente a Geografia Ambiental, pode contribuir para fortalecer a Ecologia Política, esta poderia atuar como um “fator motivacional” para a Geografia Ambiental, uma vez que a relevância da agenda político-ecológica e os resultados e a visibilidade alcançados pela Ecologia Política deveriam encorajar os geógrafos a acreditarem na pertinência da “transversalidade” epistemológica e do diálogo de saberes no interior da própria Geografia (vide SOUZA, 2018:299 et seq.). Geografia Ambiental e Ecologia Política, assim, mais que complementares, podem e devem ser vistas como mutuamente benéficas.

4. Uma proposta (relativamente) nova, mas com raízes profundas

26

A Geografia anglo-saxônica, por meio da *environmental geography*, tem sido a ponta de lança de uma empreitada que, aqui, à luz das peculiaridades linguísticas e culturais do Brasil, se está a chamar de Geografia Ambiental. A *environmental geography*, com suas características atuais, é algo relativamente novo: foi ganhando corpo entre o final do século XX e o início deste século XXI, até chegar a dar origem a algumas obras fundamentais de referência, como a coletânea *A Companion to Environmental Geography*, organizada por Noel Castree, David Demeritt, Diana Livermann e Bruce Rhoads (CASTREE et al., 2009). Como não poderia deixar talvez de ser, dada a profunda assimetria que se verifica na “geopolítica global da produção de conhecimento”, o lançamento e a circulação de alguma ideia em inglês convida à assimilação da mesma ideia em outros ambientes linguístico-culturais – mesmo que, ironicamente, em alguns desses ambientes não se trate propriamente de uma novidade, já que reflexões e debates mais ou menos autóctones amiúde não esperaram pelos modismos e pelas influências “internacionais” (leia-

se: em língua inglesa). O fato de nem sempre isso ser reconhecido (nem mesmo pelos próprios cientistas e intelectuais da periferia capitalista, que deveriam ter um interesse objetivo em fazê-lo) não elimina que particularidades nacionais, regionais e locais exigem, em nome da justiça, que entendamos a história das ideias acadêmico-científicas como sendo uma *multiplicidade de histórias*: interconectadas, certamente, mas com especificidades culturais e, em parte, dinâmicas próprias.

Um geógrafo alemão, por exemplo, poderia endereçar um sorriso irônico à movimentação atual de seus colegas anglo-saxônicos ao redor da *environmental geography*. Afinal, foram justamente a “revolução quantitativa” de corte neopositivista (anos 1960) e, mais ainda, a emergência da “*radical geography*” de figurino marxista (anos 1970) que, nos países de língua inglesa, condicionaram o desprestígio das preocupações no antigo estilo “*man and nature*” (ou a “*Man-Land Tradition*”), como a velha Geografia Cultural saueriana. Na Alemanha, país em que a fragmentação e o isolacionismo da “Geografia Física” foram problematizados já bem cedo, do que dá testemunho a *Geoökologie* (Geoecologia) ou *Landschaftsökologie* (imprecisamente traduzível como “Ecologia da Paisagem”) de Carl Troll (1899-1975), aprimorada entre os anos 1930 e 1970 (vide, p.ex., TROLL, 1966a, 1966b, 1966c, 1966d e 1966e; consulte-se ainda LAUTENSACH, 1959 e LAUER, 1976), também o foram, com frequência, o afastamento entre *Physische Geographie* e *Anthropogeographie* (recentemente rebatizada, seguindo ao que parece a influência anglo-saxônica e originalmente francesa, como *Humangeographie*): já em meados dos anos 1920 propunha o geomorfólogo Albrecht Penck uma *Physische Anthropogeographie*, com a finalidade de estudar sistematicamente (mas sem as grosseiras pressuposições do “determinismo geográfico” mais vulgar) as bases físico-biológicas da existência da espécie humana no planeta Terra, como os chamados recursos naturais, sua disponibilidade e suas características. Na Alemanha, a tradição de pesquisa geográfica das *Mensch-Umwelt-Beziehungen* (relações entre os seres humanos e o ambiente), inicialmente chamada de *Mensch und Landschaft*, nunca sofreu, pelo menos até a década de 1990, o mesmo tipo de abalo epistemológico que, nos países anglófonos e naqueles por eles influenciados

(como o Brasil a partir do final dos anos 1970), condicionaram o eclipse da Geografia da “*Man-Land Tradition*”. Se, por um lado, certas discussões fundamentais só começaram, salvo exceções, a fertilizar o terreno da pesquisa geográfica alemã um tanto tardiamente – basta pensar no campo interdisciplinar da Ecologia Política –, por outro lado, entretanto, ainda hoje é menos necessário persuadir um “geógrafo humano” alemão que seu equivalente inglês ou estadunidense sobre a necessidade de não desprezar os conhecimentos da “Geografia Física” (ou, como diria Carl Troll, *Geoökologie*). Gerhard Sandner (1929-2013), Gerd Kohlhepp (1940-.....) e muitos outros geógrafos do pós-Segunda Guerra poderiam ser citados aqui como exemplos da persistência da tradição de pesquisa das *Mensch-Umwelt-Beziehungen*. Os alunos e orientandos desses geógrafos têm sido grandemente responsáveis pelo florescimento da *Integrative Geographie* (Geografia Integradora) em anos recentes.²

Na França, a situação não foi muito diferente da Alemanha. Lá houve e há até mesmo uma proposta similar à *Geoökologie* de Troll, associada ao nome do geomorfólogo Jean Tricart (1920-2003), que a desenvolveu entre os anos 1970 e 1990, mas que tem seu embrião já nas décadas de 1950 e 1960: a *Écogéographie* (TRICART, 1977 e 1994; TRICART e KILIAN, 1979). A principal diferença residiria no fato de que, diferentemente da Alemanha, na França teve lugar uma significativa renovação crítica ainda na década de 1970 (mas não tanto uma “virada quantitativa” prévia), fortemente vinculada, em uma primeira geração, aos nomes de discípulos de Pierre George como Yves Lacoste.³ Não obstante isso, a rejeição à Geografia clássica não chegou a assumir as feições de um quase total desinteresse recíproco entre geógrafos “humanos” e “físicos”, como paulatinamente ocorreu com a Geografia anglo-saxônica entre as décadas de 1970 e 1990. Também

² No Instituto de Geografia da Universidade de Hamburgo, por exemplo, foi criada uma *Abteilung Integrative Geographie* (Seção de Geografia Integrada), que reúne três Grupos de Trabalho (*Arbeitsgruppen*).

³ As discrepâncias de evolução histórica e de paisagem ideológica entre França e Alemanha também servem para ilustrar outras diferenças. A *Écogéographie* de Tricart, tão próxima da *Geoökologie* de Troll em matéria de espírito de diálogo com a Ecologia e propósitos de “recosturamento” da “Geografia Física”, apresentava distinções que têm a ver não somente com o subcampo de origem (Tricart era geomorfólogo; Troll, biogeógrafo), mas também, e principalmente, com a maior abertura de Tricart para com uma visão socialmente crítica: enquanto o geógrafo francês foi filiado ao Partido Comunista Francês (com todas as suas sérias limitações enquanto um partido stalinista, deve-se ressaltar...), Troll fora professor de “Geografia Colonial” (*Kolonialgeographie*) nos anos 1930 e 1940...

é de se ressaltar o fato de que, na França, floresceu uma versão própria e das mais relevantes da Ecologia Política, ligada a autores como o filósofo Michel Bosquet (pseudônimo de André Gorz) (BOSQUET, 1978). Mesmo assim, e ainda mais com a influência anglo-saxônica que passou a se verificar com intensidade a partir do final do século XX, nem sempre os geógrafos franceses conseguiram ou quiseram valorizar de forma eloquente uma tradição de diálogo de saberes, simultaneamente complexa e socialmente crítica, cujas origens remontam à proposta do geógrafo anarquista Élisée Reclus (1830-1905) de uma *Géographie Sociale*, formulada na virada do século XIX para o século XX (vide RECLUS, 1905-1908), em que uma perspectiva eminentemente sociogeográfica jamais dá as costas ao conhecimento pormenorizado dos fatores geoecológicos. Quanto à Geografia Física, a Ecogeografia tricardiana, que valoriza as conexões dos geossistemas e ecossistemas com a ocupação e organização humanas do espaço geográfico de maneira ainda mais rica e acentuada que a Geoecologia de Troll, não conseguiu se impor perante a Geografia Física “pura” (cada vez mais fragmentada, diga-se de passagem), que teve em Emmanuel de Martonne (1873-1955) seu principal formulador no Período Clássico e seu primeiro grande popularizador – o que, do ponto de vista da edificação de uma Geografia Ambiental, é uma lástima e um estorvo. O crescimento da visibilidade da *Géographie Environnementale* nos últimos anos dá margem, de toda sorte, a um certo otimismo quanto à retomada do interesse dos geógrafos francófonos pela construção de pontes entre os conhecimentos originados nas Geografia Humana e Física ou, mais amplamente, nas ciências da sociedade e da natureza.

Por fim, também no Brasil não têm faltado esforços para resistir à tentação de, para afirmar a Geografia como uma ciência social “respeitável” e “sem ambiguidades”, purgar a formação do geógrafo de qualquer interesse significativo pelo conhecimento dos processos e das dinâmicas que não sejam pesquisáveis com o arsenal de métodos e técnicas das ciências da sociedade – o que, na prática, significa o banimento do saber sobre a natureza, a não ser enquanto *discurso sobre a natureza e sobre a transformação social da natureza*. (Como se a plena compreensão dessa transformação, aliás, pudesse

se dar inteiramente à revelia do conhecimento dos condicionantes e fatores geoecológicos...) Vários nomes da Geografia clássica se insurgiram, cada um ao seu modo, entre os anos 1970 e 1980, contra a “depuração” ora em curso, que ameaçava, ainda que com boas intenções – desnaturalizar o entendimento de processos sócio-espaciais, no estilo “determinismo geográfico”, e avançar para além de abstrações um tanto vazias como “fator antrópico”, “população” etc. –, empobrecer incrivelmente um campo de conhecimento cuja identidade sempre repousou no estudo da organização do espaço terrestre, em sentido amplo. Orlando Valverde (1917-2006), pioneiro de uma Geografia Agrária crítica, tentou demonstrar, até o fim da vida, a esterilidade potencial daquela “depuração” extrema, e algo semelhante foi feito por seu colega e amigo Manuel Correia de Andrade (1922-2007). No plano teórico, o climatólogo Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro (1927-.....), grosso modo pertencente à mesma geração de Valverde e Andrade, tentou fundamentar suas preocupações com a ajuda de uma densa reflexão à luz da Filosofia da Ciência (MONTEIRO, 1980).

Muito embora os esforços de Valverde, Andrade e Monteiro tenham sido, por razões variadas, insuficientes para evitar que, também no Brasil, se pusesse em marcha a “depuração” da Geografia (Humana), as tentativas de dar atenção às dinâmicas não antropogênicas, ainda que para colocá-las em um contexto de produção social do espaço, jamais deixaram de existir. O melhor exemplo é, talvez, a obra de Carlos Walter Porto-Gonçalves, que abriu novos caminhos para a análise de problemas e conflitos (socio)ambientais (ver, p.ex., PORTO-GONÇALVES, 1984, 1998, 2001a, 2001b, 2006, 2013, 2014 e 2017).⁴ De Carlos Walter ouvi, bastante tempo atrás, uma deliciosa tirada, a qual nos deixa entrever a sua aguda compreensão do problema terminológico-conceitual a respeito do “ambiente”: “eu não quero o ‘meio ambiente’, quero o ambiente inteiro...”.⁵

⁴ Talvez não seja coincidência o fato de Carlos Walter Porto-Gonçalves ter sido, quando jovem, influenciado por Orlando Valverde, tendo inclusive acompanhado este em trabalhos de campo. Décadas mais tarde, já na qualidade de um pesquisador e ativista reconhecido, participou ele, ao lado do então decano da Geografia Agrária brasileira, de audiências públicas na Amazônia, nos marcos de um engajamento pelos direitos dos seringueiros e outros “povos da floresta” (para usar a expressão popularizada por Chico Mendes).

⁵ À luz disso, a sugestão de Francisco Mendonça, feita na década passada, de se tomar “ambiente” e “meio ambiente” como se sinônimos fossem (MENDONÇA, 2001:117), constitui um retrocesso. Para evitarmos os problemas

Como se pode ver, a Geografia Ambiental de que ora falamos não é, em um certo sentido, nem um pouco nova; tanto nos países que forneceram as principais matrizes do pensamento geográfico clássico quanto no próprio Brasil, suas raízes são profundas. Ao mesmo tempo, as circunstâncias históricas, culturais e políticas fazem com que se trate de uma empreitada de teor muito diferente de uma simples e despropositada “volta aos clássicos”: não se pretende nem se almeja retornar ao empirismo da pretensa “ciência do concreto” (tese celeberrimamente defendida, entre outros, por Jean Brunhes), muito menos abrir mão da possibilidade de pensar de forma crítica e teoricamente sofisticada a transformação da “primeira natureza” em “segunda” nos marcos da produção social do espaço. Apesar disso, o exemplo dos clássicos pode ser, sim, ainda muito inspirador. Basta pensarmos, no caso brasileiro, em um dos últimos livros de Orlando Valverde, *Grande Carajás: planejamento da destruição*, publicado quando o geógrafo já havia entrado na casa dos 70 anos (VALVERDE, 1989). Esse livro, que tanto demonstra a necessidade de beber na fonte dos processos geoecológicos para poder entender determinados limites e determinadas possibilidades com conhecimento de causa, é um estudo sobre os gargalos de um certo “modelo de desenvolvimento” (sic!) regional e nacional.

Seja lá como for, para além dos clássicos, há que se prestar tributo às iniciativas de alguns poucos geógrafos que, nos últimos três decênios, mantiveram acesa a tocha, procurando e logrando alcançar uma síntese entre *conhecimento socialmente crítico* e *diálogo de saberes científicos*, seja a partir de uma perspectiva de pesquisa fundamentalmente sociogeográfica (caso de Carlos Walter Porto-Gonçalves e de Maria Célia Nunes

que Mendonça tenta ultrapassar – a concepção naturalista do “meio ambiente” como um espaço inteiramente à parte da sociedade e a visão desta última como uma realidade que pode ser elucidada fazendo-se abstração da natureza não humana –, cumpre menos insistir no problemático termo “meio ambiente” que *superá-lo dialeticamente*, decerto que sem, com isso, menosprezar os conhecimentos das ciências da natureza. Não por acaso, a sua versão de uma “Geografia Socioambiental” corresponde muito mais a uma perspectiva de ciência natural temperada e enriquecida por uma consideração dos processos sociais (no que, aliás, pouco diferiria, na essência, de propostas anteriores e solidamente fundamentadas, como a Ecogeografia de Tricart) que a um “campo compartilhado” ou “campo de encontro” entre saber sobre a sociedade e saber sobre a natureza, no estilo da Geografia Ambiental contemporânea.

Coelho, para ficar em apenas alguns exemplos), seja a partir de uma perspectiva fundamentalmente ecogeográfica (caso de Dirce Suertegaray, Luiz Fernando Scheibe, Roberto Verдум e João Lima Sant’Anna Neto, para também ficar em somente alguns exemplos).⁶ Cada um à sua maneira, eles têm, mediante seu trabalho, provado que o ceticismo a respeito de uma Geografia integradora e aberta à “transversalidade”, cientificamente consistente e socialmente útil, não tem razão de ser.

5. Um diálogo de saberes *para além* da interdisciplinaridade

O “diálogo de saberes” permaneceria assaz incompleto se se restringisse ao universo do conhecimento científico, ainda mais ao âmbito de uma única disciplina. E isso por três razões.

Em primeiro lugar, porque mesmo que a Geografia Ambiental seja um enfoque que parte do ambiente intelectual e acadêmico da Geografia, com todas as suas especificidades, a vocação desse enfoque – nem seria preciso salientar – é a de estimular e catalisar um diálogo de saberes científicos *não só dentro da Geografia, mas também (para) fora*. Isso admite ser entendido de uma forma mais acanhada ou limitada, como abertura sistemática e cada vez maior da Geografia para o diálogo com campos disciplinares ou interdisciplinares como a Economia Ecológica, a História Ambiental e a Ecologia Política,

⁶ Quando dizemos “fundamentalmente” queremos dizer: *na sua origem e de modo predominante* (no que tange ao arcabouço teórico-conceitual e metodológico), mas de modo algum *exclusivamente* – pois, se assim fosse, não estaríamos diante de um diálogo de saberes, no espírito da Geografia Ambiental. Conforme grifamos em SOUZA (2016:52), *diferençar* não é o mesmo que *separar* e *negligenciar* (e menos ainda *desprezar*). Admitir que 1) distinções epistemológicas (relação sujeito-objeto), teóricas e metodológicas entre conhecimento sobre a natureza (não humana) e a sociedade são legítimas e que 2) dificilmente alguém poderia transitar entre os dois polos epistemológicos (conhecimento sobre a natureza e conhecimento sobre a sociedade) com a mesma desenvoltura não elimina, de jeito nenhum, a complementaridade de conhecimentos e perspectivas – muito pelo contrário! Não é gratuito, aliás, empregarmos antes as expressões “Ecogeografia” e “Geografia Social”, representativas de linhagens marginais da história da disciplina, que os consagrados referenciais “Geografia Física” e “Geografia Humana”: como foi brevemente argumentado em SOUZA (2016:38-41) e SOUZA (2018:279 et seq.), para além das diferenças de ordem ideológica, subsiste o fato de que aquelas expressões da lavra, respectivamente, de Tricart e Reclus representam uma abertura muito maior ao diálogo de saberes ora advogado e uma crítica tácita à divisão do trabalho acadêmico que tanto tem dificultado esse diálogo. Retornaremos a este último ponto mais à frente.

mas também de um modo mais ambicioso: a Geografia Ambiental como plataforma para se relançar, continuamente, o debate a propósito dos desafios envolvidos no diálogo entre as ciências da natureza e as da sociedade. Uma plataforma, diga-se de passagem, privilegiada, pelo acúmulo de discussões e exemplos concretos de sucessos e fracassos ao lidar com temas e problemas específicos.

Em segundo lugar, porém, porque é preciso contextualizar culturalmente o próprio conhecimento científico. Cumpre fazê-lo dialogar com os saberes vernaculares (um tanto imprecisamente denominados “locais”, como se a ciência moderna fosse totalmente “universal” e “sem sotaque”), com os saberes produzidos fora dos circuitos e padrões acadêmicos nas mais variadas escalas e por atores os mais diversos. Transcender (sem negar ou rejeitar simplisticamente) o conhecimento científico, propugnando uma abertura radical deste para com os saberes vernaculares, é precisamente aquilo por que tem apaixonadamente se batido Enrique Leff, quiçá o principal popularizador desta bela expressão que é “diálogo de saberes” (ver, p.ex., LEFF, 2002: 161 e segs.) O que se tem a aprender com o acúmulo de conhecimento e debates a propósito da agroecologia, na interface entre conhecimento acadêmico e práticas culturais? O que subcampos recentes como “Etnogeomorfologia” e “Etnopedologia” têm aprendido e podem aprender interagindo não somente com a Antropologia, mas com as próprias experiências no *Lebenswelt* (“mundo da vida”) dos agentes que modelam o espaço geográfico quotidianamente? O que as experiências de ativismos sociais como os de seringueiros, barrageiros, ribeirinhos, caiçaras, quilombolas, indígenas, favelados e outros tantos têm a nos mostrar acerca das potencialidades e dos limites das formas de ocupação e transformação do espaço?

Por último, mas não com menor ênfase, porque a Geografia Ambiental, como aliás a Geografia em geral, oferece um pretexto excepcional, por seu caráter “ecumênico” e por sua história de dilacerantes debates sobre os limites dos conhecimentos parcelares, para colocarmos em xeque a divisão do trabalho acadêmico em vigor. Divisão do trabalho essa que, com a sua epistemologia positivista de fundo, é responsável não apenas por

alimentar e realimentar a dicotomia “físico”/“humano” (ou “sociedade”/“natureza”), mas todo um cortejo de separações mais ou menos artificiais entre as várias dimensões das relações sociais (economia, política, cultura... espaço e tempo...). Fala-se há décadas – embora se pratique muito menos do que se fala – em interdisciplinaridade. Ora, o que tem sido a história da Geografia, em última instância, senão a história de um arrojado experimento de “interdisciplinaridade” e mesmo “transdisciplinaridade” dentro de um único campo disciplinar?⁷

Em suma...

Por tudo o que foi visto nas páginas anteriores, a Geografia Ambiental parece ter um lugar importante a ocupar neste alvorecer do século XXI, em que o “ambiental”, tão invocado (“mudança climática global”, “eventos extremos”, “riscos”, “desastres” etc.), muitas vezes ainda é apreciado de modo *truncado* (fragmentação de objetos de conhecimento ajudando a reproduzir vícios como o “naturalismo”, ao lado do “economicismo” e do “culturalismo”) e *cultural e historicamente pasteurizador* (como se o conhecimento acadêmico sobre o “ambiente” não fosse culturalmente situado, historicamente variável e prenhe de implicações políticas). Por tudo isso, enfim, uma Geografia Ambiental, crítica e também sempre autocrítica, parece ser o tipo de contribuição de que o campo acadêmico conhecido como Geografia precisa, cada vez mais, ser capaz de oferecer – em última análise, para melhor convencer sobre a sua relevância, recusando-se a aceitar a sua dissolução como um desfecho inexorável, dissolução essa já profetizada por alguns e que com certeza não seria algo a ser muito lamentado na opinião de certos críticos.⁸

Não tanto pela própria Geografia, que nada mais é que uma construção intelectual sempre disputada e que não deve ser fetichizada, mas sim pelas próprias necessidades

⁷ Ver, sobre essas questões, SOUZA (2016 e 2018).

⁸ Sendo um dos mais famosos o sociólogo Pierre Bourdieu (cf. BOURDIEU, 1980:63).

sociais de instrumentos intelectuais como conceitos, teorias e métodos pluriescalares, multidimensionais e sensíveis ao diálogo de saberes, seria uma pena se não houvesse oportunidade de vermos consolidar-se a Geografia Ambiental como revitalizadora de uma das tradições geográficas mais importantes. Mais que uma pena, seria uma ironia do destino: no momento em que o mundo e as lutas sociais mais precisam desse tipo de conhecimento, que lástima se os anacronismos e a estreiteza de horizontes que marcaram o passado da disciplina obliterassem a possibilidade de um futuro mais auspicioso no tocante à produção de conhecimento consistentemente alternativo.

Referências

(Não seria razoável, em um texto vocacionado para ser conciso, pretender oferecer uma extensa bateria de referências bibliográficas. A bibliografia que segue, a refletir aquela formalmente citada no corpo do texto, é, por conseguinte, o inverso de um conjunto exaustivo de referências. Vários autores relevantes, brasileiros e estrangeiros, tiveram, inclusive, seus nomes mencionados nas páginas anteriores, sem que, todavia, obras suas tenham sido elencadas. Seguramente o leitor poderá, contudo, suprir sem grande dificuldade ele mesmo essa lacuna, recorrendo, por exemplo, à Internet, onde atualmente uma imensa quantidade de textos clássicos e não clássicos se acha disponível gratuitamente.)

35

BOSQUET, Michel [= André Gorz]: **Écologie et politique**. Paris: Seuil, 1978.

BOURDIEU, Pierre: L'identité et la représentation: Éléments pour une réflexion critique sur l'idée de région. **Actes de la recherche en sciences sociales**, n° 35, pp. 63-72, 1980.

CASTREE, Noel et al. (orgs.): **A Companion to Environmental Geography**. Chichester: Willey-Blackwell, 2009.

LAUER, Wilhelm: Carl Troll – Naturforscher und Geograph. **Erdkunde**, Band 30, Heft 1, pp. 1-9, 1976

LAUTENSACH, Hermann: Carl Troll – ein Forscherleben. **Erdkunde**, Band XIII, Heft 4, pp. 245-258, 1959.

LEFF, Enrique: **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2ª ed., 2002 (2000).

- MENDONÇA, Francisco: Geografia Socioambiental. **Terra Livre**, nº 16, pp. 139-158, 2001.
- MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo: **A Geografia no Brasil (1934-1977):** Avaliação e tendências. São Paulo: Instituto de Geografia da USP, 1980.
- PATTISON, William D.: The four traditions of geography. **Journal of Geography**, v. 89, nº 5, pp. 202-206, 1990 (1964).
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter: **Paixão da Terra:** Ensaios críticos de ecologia e Geografia. Rio de Janeiro: Rocco e Socii, 1984.
- : **Nos varadouros do mundo:** Da territorialidade seringalista à territorialidade seringueira. Rio de Janeiro: mimeo, 1998. [Tese de doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ.]
- : **Amazônia, Amazôniaas.** São Paulo: Contexto, 2001a.
- : **Geo-grafias:** movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad. México, D.F.: Siglo XXI, 2001b.
- : **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- : **O desafio ambiental.** Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 4ª ed, 2013 (2004).
- : **Os (des)caminhos do meio ambiente.** São Paulo: Contexto, 15ª ed, 2014 (1989).
- : **Amazônia:** Encruzilhada civilizatória. *Tensões territoriais em curso.* Rio de Janeiro: Consequência, 2017.
- RECLUS, Élisée: **L'Homme et la Terre.** Paris: Librairie Universelle, 6 vols. Reprodução fac-similar disponibilizada na Internet pela Librairie Nationale Française, 1905-1908 (<http://gallica.bnf.fr>; o endereço específico varia de acordo com o tomo).
- SOUZA, Marcelo Lopes de: Consiliência ou bipolarização epistemológica? Sobre o persistente fosso entre as ciências da natureza e as da sociedade – e o papel dos geógrafos. In: SPOSITO, Eliseu S. et al. (orgs.): **A diversidade da Geografia brasileira:** Escalas e dimensões da análise e da ação. Rio de Janeiro: Consequência, 2016.
- : Quando o trunfo se revela um fardo: Reexaminando os percalços de um campo disciplinar que se pretendeu uma ponte entre o conhecimento da natureza e o da sociedade. **Geousp – Espaço e Tempo**, v. 22, nº 2, pp. 274-308, 2018.

TRICART, Jean: **Ecodinâmica**. Rio de Janeiro: IBGE (SUPREN), 1977.

-----: **Écogéographie des espaces ruraux**. Paris: Nathan, 1994.

TRICART, Jean e KILIAN, Jean: **L'écogéographie et l'aménagement du milieu naturel**. Paris: François Maspéro (= Collection Hérodote), 1979.

TROLL, Carl: Luftbildplan und ökologische Bodenforschung: Ihr zweckmässiger Einsatz für die wissenschaftliche Erforschung und praktische Erschliessung wenig bekannter Länder. In: **Carl Troll: Ökologische Luftbildforschung und landeskundliche Forschung**. Wiesbaden: Franz Steiner, 1966a (1939).

-----: Methoden der Luftbildforschung. In: **Carl Troll: Ökologische Luftbildforschung und landeskundliche Forschung**. Wiesbaden: Franz Steiner, 1966b (1942).

-----: Fortschritte der wissenschaftlichen Luftbildforschung. In: **Carl Troll: Ökologische Luftbildforschung und landeskundliche Forschung**. Wiesbaden: Franz Steiner, 1966c (1943).

-----: Die geographische Landschaft und ihre Erforschung. In **Carl Troll: Ökologische Luftbildforschung und landeskundliche Forschung**. Wiesbaden: Franz Steiner, 1966d (1950).

-----: Landschaftsökologie als geographisch-synoptische Naturbetrachtung. In: **Carl Troll: Ökologische Luftbildforschung und landeskundliche Forschung**. Wiesbaden: Franz Steiner, 1966e (1963).

VALVERDE, Orlando: *Grande Carajás: planejamento da destruição*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

Marcelo Lopes de Souza é Professor Titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisador do CNPq. **E-mail:** mlopesdesouza@terra.com.br

Artigo enviado em 25/03/2019 e aprovado em 19/04/2019.